

Um lugar, uma prática e uma escrita: o Centro de Estudos Piauienses e a produção historiográfica no Piauí na década de 1950

A Place, a Practice, and a Form of Writing: the Centro de Estudos Piauienses and Historiographical Production in Piauí during the 1950s

Kamila Vytória Santos e Silva

Mestranda em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (2025-2027). Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (2024). Membro do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Poder no longo século XIX brasileiro e do Núcleo de Pesquisa em História e Memória da Universidade Federal do Piauí (NUPEM UFPI).

Teresinha Queiroz

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é Professora Associada IV da Universidade Federal do Piauí, atuando junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado).

Resumo: O presente artigo tem como objetivo central analisar a composição e atuação do Centro de Estudos Piauienses, observando as particularidades que atravessam esse espaço de produção e escrita da história do Piauí ao longo da década de 1950. Nesse sentido, partimos dos pressupostos teóricos assinalados por Michel de Certeau na obra *A escrita da História* (1982), tomando como referência o conceito de operação historiográfica. A fim de fundamentar este estudo, dialogamos com trabalhos elaborados no Piauí sobre a produção historiográfica do Estado nos anos 1950, bem como com estudos que abordam as tensões inerentes a esse contexto de florescimento intelectual e cultural, como os de Moura (2015), Queiroz (2017), Mendes (2003) e Santana (2017). Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa científica qualitativa, com fontes que versam, especialmente, sobre a produção escriturística do Centro de Estudos Piauienses, com destaque para materiais hemerográficos localizados no Arquivo Público do Piauí.

Palavras-chave: História. Historiografia piauiense. Centro de Estudos Piauienses.

Abstract: The present article aims to analyze the composition and performance of the Centro de Estudos Piauienses, focusing on the particularities that shaped this space of production and writing of the history of Piauí throughout the 1950s. In this sense, we start from the theoretical assumptions indicated by Michel de Certeau in the work *The Writing of History* (1982), taking as a reference the concept of historiographical operation. To support this analysis, the article engages in dialogue with works produced in Piauí that address the state's historiographical production in the 1950s, as well as studies that examine the tensions inherent to this period of intellectual and cultural effervescence, such as those by Moura (2015), Queiroz (2017), Mendes (2003) and Santana (2017). From a methodological perspective, this is a qualitative scientific research based on sources that focus primarily on the written production of the Centro de Estudos Piauienses, with particular emphasis on hemerographic materials housed at the Public Archive of Piauí.

Keywords: History. Piauí historiography. Centro de Estudos Piauienses.

Introdução

“O que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? O que produz?” (Certeau, 1982, p. 56). Esses questionamentos constituem o ponto de partida para a reflexão desenvolvida pelo historiador Michel de Certeau (1925-1986) acerca daquilo que ele designa como “operação historiográfica” em sua obra intitulada *A escrita da História*, publicada originalmente em 1975. Nesse percurso, Certeau percebe a história a partir de uma dimensão operacional, assimilando-a a uma *prática*, um *fazer*, uma *fabricação*, configurada em torno da combinação de três elementos centrais: um *lugar* social, *práticas* científicas e uma *escrita*. Em suas palavras, o autor compreende a operação historiográfica como a “relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)” (Certeau, 1982, p. 56). Imbuído desse pressuposto, o historiador francês concebe a história enquanto parte integrante da situação social da qual trata ou que busca investigar, de forma que a escrita histórica se configura, em um duplo movimento, como produto da articulação de instituições, normas e estatutos teórico-metodológicos de uma época, ao tempo em que atua como instrumento de registro e produção dessa realidade.

A partir dos pontos aqui sinalizados, o presente artigo tem como objetivo analisar a composição e atuação do Centro de Estudos Piauienses (CEP), observando as particularidades que atravessam esse espaço de produção e escrita da história do Piauí ao longo da década de 1950. Nesse sentido, partimos dos pressupostos teóricos assinalados por Michel de Certeau (1982) na obra *A escrita da História*, tomando como referência o conceito de operação historiográfica. A fim de fundamentar esse estudo, dialogamos com trabalhos elaborados no Piauí sobre a produção historiográfica do Estado nos anos 1950, bem como com estudos que abordam as tensões inerentes a esse contexto de florescimento intelectual e cultural, como os de Moura (2015), Queiroz (2017), Mendes (2003) e Santana (2017). Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa científica qualitativa, com fontes que versam, especialmente, sobre a produção escriturística do Centro de Estudos Piauienses, com destaque para materiais hemerográficos localizados no Arquivo Público do Piauí.

Assim, trata-se de observar, diante dessas formulações, os lugares institucionais de enunciação, as metodologias de pesquisa mobilizadas e a textualidade que caracteriza a escrita da história naquele contexto, compreendendo tais elementos não como reflexos neutros de um tempo passado, mas como produções historicamente situadas e atravessadas por disputas de sentido e relações de poder.

Um lugar, uma prática e uma escrita

Em primeira instância, segundo o historiador francês, toda pesquisa historiográfica se constitui de maneira articulada a um *lugar* de produção – social, econômico, político e cultural. Esse espaço – uma profissão, uma instituição, uma academia de letrados, uma revista, um núcleo de pesquisa ou de ensino –, de forma particular, implica limites específicos e submete a produção escrita da história à imposições e determinações próprias. Além disso, é em torno desse lugar que se “instauram métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas se organizam” (Certeau, 1982, p. 55) a fim

de modelar a história que visa ser escrita. Esse lugar, representado por meio de múltiplas instituições possíveis – políticas, eruditas, eclesiásticas –, não apenas concede estabilidade social a uma ideia, mas também a torna possível e a determina como legítima.

Desse modo, Certeau entende a indissociabilidade entre a instauração de um saber e o vínculo que este mantém com uma instituição social, de forma que toda ‘doutrina’ que negligencia a sua relação com a sociedade que a sustenta configura-se como abstrata, tendo em vista rejeitar aquilo em função da qual é elaborada (Certeau, 1982, p. 60). Nesse viés, para o autor, o estudo histórico configura-se como “produto de um lugar” (Certeau, 1982, p. 63), no interior do qual é fabricado e atravessado pelas particularidades e complexidades desse espaço. Ademais, esse lugar institucional a partir do qual a história é produzida inscreve-se em uma tensão entre a permissão e a proibição, a aprovação e a interdição, o possível e o impossível, o dizer e o silenciar, uma vez que, enquanto *autoriza* determinado tipo de produção histórica, delimita uma circunscrição temática ou o emprego de aparatos metodológicos específicos e o manuseio de fontes selecionadas, acaba por *proibir* outras possibilidades (Certeau, 1982, p. 67).

Para Certeau (1982, p. 69), fazer história significa, também, mobilizar um conjunto de *práticas*. Nessa perspectiva, se a história se relaciona a um lugar e a um tempo, isso ocorre, inicialmente, em virtude de suas técnicas de produção, de modo que “cada sociedade se pensa ‘historicamente’ com os instrumentos que lhe são próprios”. Recorrendo aos métodos, objetos e regras de seu tempo, o historiador trabalha sobre um material com vistas a transformá-lo em história. Desde a busca, reunião e separação incansável de fontes, convertendo em documentos os vestígios, por vezes, dispersos, o historiador operacionaliza um número diverso de técnicas e práticas. Portanto, o historiador não apenas observa, mas opera tecnicamente: produz documentos, instaura sentidos, redistribui o espaço e reorganiza o real.

O terceiro elemento constitutivo da operação historiográfica é a *escrita*, responsável pela passagem da prática ao texto e por conferir uma forma final a esse processo. Para Michel de Certeau, a história é escrita, mas não pode ser reduzida a essa dimensão, pois para que uma representação discursiva assuma caráter histórico, é substancial que esteja articulada a um *lugar* social e institucional, além de vincular-se tecnicamente a uma *prática investigativa*. Nesse horizonte, “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber” (Certeau, 1982, p. 87). Além disso, isso implica que a escrita atue como um jogo secreto da linguagem, que transgride as práticas e produz uma ilusão sobre o passado. Ainda assim, a escrita histórica permanece ambígua, desdobrando-se tanto em sua relação com o presente quanto na narrativa que constrói acerca do passado, “de tal modo que o presente passa de ser o lugar de produção do texto, a transformar-se num produto da historiografia” (Orellana, 2012, p. 15).

Nesse percurso, ao voltarmos nossa atenção para a trama intelectual do Piauí na década de 1950, entendemos a função das instituições na produção do conhecimento, constatando que a análise desses espaços contribui para a investigação do universo intelectual, social e cultural que envolve a construção de saberes em determinado contexto histórico. Dessa forma, torna-se possível refletir acerca da atuação das instituições existentes no Piauí no recorte temporal em evidência, com destaque para o Centro de Estudos Piauienses, buscando compreender os lugares a partir dos quais o saber historiográfico emerge e se sustenta enquanto tal, considerando que é “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição

em função da qual ele se organiza silenciosamente” (Certeau, 1982, p. 61). Por conseguinte, enquanto uma instituição cultural e intelectual dedicada à produção da história piauiense, o CEP atua segundo regras e métodos próprios, que caminham entre a pesquisa, a divulgação e, por fim, a escrita e publicação sobre assuntos diversos da realidade piauiense.

Apontamentos gerais sobre o Piauí dos anos 1950

No contexto do final da década de 1940 e do início dos anos 1950, o Piauí encontrava-se imerso em um cenário de declínio econômico do extrativismo – atividade que, por décadas, representou a principal fonte de renda do Estado.¹ A queda nos preços de exportação de produtos como a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e o babaçu incidiu diretamente sobre o processo de geração de renda local e sobre a participação do Piauí no mercado externo, comprometendo seriamente a autonomia e a sustentabilidade financeira da região e tornando o Estado cada vez mais dependente dos repasses do Governo Federal, especialmente durante a administração de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Em termos percentuais, conforme dados apresentados por Raimundo Santana, a produção extrativa vegetal representava, em 1947, 62,0%, e passou a declinar, alcançando 11,2% em 1955 e, ao fim do período, 19,5% (Santana, 2017, p. 168).

Nesse momento, embora as atividades de agricultura e pastoreio tenham apresentado certo crescimento, vinculando a economia piauiense ao mercado nordestino, não é possível identificar modificações profundas na estrutura econômica do Piauí, bem como na distribuição interna da renda pelos setores produtivos do Estado. Dessa forma, nos primeiros anos da década de 1950, o Piauí não indicava desenvolvimento concreto e os índices de pobreza refletiam a realidade econômica da região: o Estado era o mais empobrecido do país e apresentava, no final da década em foco, a mais baixa renda social em relação aos demais Estados da Federação, respondendo por apenas 0,7% da renda anual brasileira em 1947 e, em 1950, caindo para 0,5%. Trata-se, assim, de uma “economia estagnada, na qual o esforço produtivo não conduz a qualquer melhoria nas condições de vida” (Santana, 2017, p. 173).

Nessa conjuntura, a década em evidência – que trazia em seu percurso o marco da passagem do primeiro século de implantação da capital piauiense às margens do Rio Parnaíba – foi atravessada por reflexões, iniciativas e investimentos voltados à superação das carências econômicas e das fragilidades estruturais das cidades do Piauí, com especial atenção à capital, Teresina. No curso da gestão do governo de Pedro de Almendra Freitas, entre 1951 e 1955, às vésperas das festividades de comemoração do segundo ano de sua administração, o *Jornal do Comércio*, em 1953, sublinhou a ação de transformação da situação local empreendida por Pedro Freitas, ao considerar que o gestor encontrou o Estado “ruído nas ruínas das suas bases por uma política de aldeia [...] e consegue dar rumo ao barco administrativo rumando para o porto seguro da realização e do progresso” (Fazendo, 1953).

Nesse sentido, enfatizando o período de tensões que antecederam o governo de Pedro Freitas, sobretudo em sua dimensão financeira, o periódico em questão defende que a gestão implementou medidas destinadas a superação das dificuldades encontradas, especialmente em relação ao incentivo à agricultura e à pecuária, advertindo, contudo, que novas tensões econô-

1. Para mais informações sobre a importância do extrativismo vegetal para a economia piauiense no início do século XX, ver: Queiroz, 1993; Queiroz, 1994.

micas poderiam gerar, novamente, uma conjuntura de fome e miséria no Estado. Exemplo das iniciativas propostas por Pedro Freitas para o avanço do processo de desenvolvimento cultural do Piauí ocorreu por ocasião da preparação para a comemoração do primeiro centenário de Teresina, quando, no início de 1951, o então governador conclamava a colaboração dos homens de letras, de dentro e fora do Estado, para preencher as lacunas existentes em relação à história piauiense, dizendo:

Temos material à mão para excelente trabalho evocativo, sério, útil e instrutivo, repassado ele e embebido todo ele em metódica recomposição de atos e fatos de uma tese e história regional. Daí, pois, a imperiosa necessidade de apelo feito à base de prêmios compensadores, aos homens de letras de dentro e fora do Estado, no propósito de obter-se, quanto antes, trabalhos históricos, que julgados, possamos preencher satisfatoriamente essa sensível lacuna, abrilhantando de igual passo as festividades de agosto [de 1952] (Estado do Piauí, 1951).

Segundo Queiroz (2017, p. 216-17), o governo de Pedro Freitas, iniciado em 1951, deparou-se com o declínio da atividade extrativista, crise que repercutiu diretamente sobre o então governador, sendo ele um grande comerciante exportador. Entretanto, seu mandato negligenciou as dificuldades financeiras decorrentes do início da crise extrativista e exportadora, de modo que a gestão pública, nesse período, mostrou-se incapaz de compreender a nova dinâmica econômica e a nova posição assumida pelo Piauí no comércio exportador e, por conseguinte, não foram desenvolvidas iniciativas capazes de enfrentar as transformações em curso.

Nos anos que assinalam a administração de Jacob Manoel Gayoso e Almendra, entre 1955 e 1959, por exemplo, as primeiras iniciativas de planejamento público voltadas ao impulso econômico do Estado foram formuladas e implementadas. Segundo Queiroz (2017, p. 217), nesse período, foram criadas instituições pioneiras de planejamento do Estado e da gestão pública, como a Assessoria Econômica e a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CODESE), esta última criada em 1956 com o objetivo de promover estudos de apoio ao governo, através da produção de conhecimentos sobre a região e da proposição de ações de superação dos problemas do Estado. A CODESE, afirma Mendes (2003, p. 187), foi inspirada no Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República, criada em 1956 pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Dessa forma, o governo de Gayoso e Almendra reorganizou a administração pública estadual, especialmente no setor de finanças. Além disso, intensificaram-se as primeiras reflexões e pesquisas sobre a situação econômica local, que serviriam como base para as propostas de enfrentamento das adversas condições do Piauí, bem como o investimento na formação e qualificação de profissionais especializados no estudo de políticas públicas de planejamento e desenvolvimento econômico.

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, governador do Piauí entre 1959 e 1962, por sua vez, dá continuidade à política intervencionista iniciada no governo Gayoso e Almendra e amplia as ações em torno da busca pelo desenvolvimento do Estado. Nesse cenário, na transição da década de 1950 para a década de 1960, ao longo dos dois mandatos em foco, o setor público estadual, buscando adaptar-se às exigências da nova realidade econômica local, fundaram empresas estatais para desenvolverem setores carentes em todo o Piauí (Mendes, 2003, p. 192). Assim:

[...] são criadas e instaladas as instituições públicas voltadas para a formação da infraestrutura básica ao desenvolvimento do Piauí – a Centrais Elétricas do Piauí S.A. (CEPISA) [em 1962], a Empresa de Águas e Esgotos do Piauí S.A. (AGESPISA) [em 1962], a Telecomunicações do Piauí S.A. (TELEPISA), [em 1960] o Frigoríficos do Piauí S.A. (FRIPISA) [em 1957] e o Banco do Estado do Piauí (Queiroz, 2017, p. 219).

Nesse sentido, observa-se o esforço das autoridades políticas do Piauí em suprir a escassez de elementos básicos, como o abastecimento de água, energia elétrica e carne, além de priorizar o fortalecimento de setores estratégicos, como o transporte, saneamento básico e telefonia. Em paralelo, importa lembrar que o cenário social e econômico que atravessava o Piauí nesse período carregava influências do contexto nacional, marcado pela política modernizadora e desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek.

Em meio a esse quadro de mobilização das entidades públicas para o desenvolver economicamente o Piauí, os intelectuais piauienses demonstraram sensibilidade à condição desfavorável que então caracterizava o Estado, considerado, à época, o mais atrasado do Brasil. Dessa forma, fazendo uso da palavra escrita como instrumento de engajamento, esses homens letrados dedicaram-se à tarefa de investigar e compreender as peculiaridades da realidade socioeconômica local, aspirando a possibilidade de intervenção nos problemas do Piauí. O anseio em torno dessa questão era agravado tendo em vista a insuficiência de produções que possibilitassem um entendimento mais amplo e concreto da dinâmica histórica e econômica do Piauí, com vistas, sobretudo, para as atividades predominantes e para o modo de funcionamento da economia local.

Conforme Moura (2015, p. 35), nos anos 1950, dispúnhamos, para uma compreensão geral da história do Piauí, apenas dos trabalhos de Sebastião da Rocha Pita, autor de *História da América Portuguesa: desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro* (1730); Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco em *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e outras pessoas que ocuparam cargos de importância na Província do Piauí* (1879); José Martins Pereira de Alencastre, autor de *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí* (1857); Francisco Augusto Pereira da Costa e Abdias da Costa Neves, autores de *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República* (1909) e *A guerra do Fidié* (1907); *Um manicaca* (1909); e *O Piauí na Confederação do Equador* (1921), respectivamente.

Nesse momento, com a chegada do novo arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, em 1956, ocorreram mudanças significativas no campo intelectual piauiense, em virtude da fundação da Faculdade Católica de Filosofia, cerca de um ano após a sua chegada. A Faculdade, criada a partir das reflexões do sacerdote em torno do desenvolvimento social, surge como um centro de formação e propagação do pensamento crítico sobre os problemas que afetavam a realidade piauiense, em contraponto à atuação da única instituição de ensino superior até então existente no Piauí – a Faculdade de Direito –, destinada à formação à qualificação da elite política piauiense, segundo Mendes (2003, p. 182).

Entender essa conjuntura de busca pelo progresso econômico piauiense constitui a premissa fundamental para compreender os propósitos que moldaram os espaços institucionais de caráter historiográfico e intelectual estabelecidos durante a década de 1950 no Piauí. Nesse contexto, no centro do interesse intelectual piauiense, naquele momento, residia a busca pela

reflexão de questões ligadas às problemáticas econômicas e ao objetivo de inserir o Piauí ao panorama nacional, buscando mapear os entraves que afetavam o desenvolvimento local e justificavam o atraso em relação aos demais estados brasileiros.

Assim, motivados pela convicção na capacidade da cidade de Teresina em constituir-se como agente propulsor do desenvolvimento regional, nomes de relevância na trama intelectual do período reuniram-se na fundação de instituições destinadas a fomentar uma renovação na produção historiográfica piauiense, articulando investigação, escrita e divulgação do conhecimento local como instrumentos de transformação social e cultural.

O Centro de Estudos Piauienses e a produção historiográfica no Piauí na década de 1950

Dentre os nomes que compõem a intelectualidade piauiense dos anos 1950, na missão de compreender historicamente a realidade local, figura-se, com destaque, Raimundo Nonato Monteiro de Santana. Nascido em 1926, natural de Campo Maior (PI) e formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, Santana exerceu cargos de relevância no aparato burocrático do Estado do Piauí, desde a gestão municipal de sua cidade natal até a função de secretário de assuntos diversos, como planejamento e coordenação econômica do governo do Piauí durante a administração de Gayoso e Almendra. No universo letrado, foi professor da Faculdade de Direito do Piauí, da Faculdade Católica de Filosofia, da Universidade Federal do Piauí e da Universidade de Brasília, além de pesquisador e autor de obras sobre a história e o desenvolvimento econômico do Piauí.

Na condição de prefeito do município de Campo Maior, imbuído da perspectiva de que era necessário contribuir para o crescimento e o desenvolvimento do Piauí, marcado pela carência de iniciativas de movimentação do Estado, especialmente em sua dinâmica econômica e cultural, Raimundo Santana fundou o Centro de Estudos Piauienses, em 19 de novembro de 1952, com o apoio de Olímpio de Castro² e a colaboração de outros intelectuais e pesquisadores que integravam o cenário das letras do Piauí, como Joaquim Raimundo Ferreira Chaves³ e Odilon Nunes.⁴ Para Santana, esse espaço surge como uma instituição destinada a “pesquisar e escrever sobre assuntos piauienses, de modo a revelar o que ainda era inédito ou aprofundando aquilo que já se sabia” (Santana, 1994, p. 5). Propunha-se, também, a incentivar e apoiar o surgimento de trabalhos relevantes da historiografia piauiense, estimulando outros intelectuais do Piauí a engajarem-se na tarefa de pensar e intervir sobre a realidade local por meio de palestras e pesquisas históricas.

Além dos nomes citados, por meio do CEP, outras figuras do quadro intelectual do período foram convidadas a promover conferências no interior do Piauí, de forma que, embora tenha sido um projeto inicialmente organizado em Campo Maior, este rapidamente se expandiu sobre outras regiões do Estado e, especialmente, sobre a capital. Nessa dimensão, o CEP, como uma sociedade destinada ao estudo do Piauí, da sua gente e das suas problemáticas,

2. Considerado um dos maiores nomes da educação teresinense, foi secretário de Educação na década de 1970 e conseguiu a abertura de diversas escolas públicas na capital.

3. Atuou no centro da vida eclesiástica de Teresina durante o século XX, sendo pároco da Igreja Nossa Senhora do Amparo e vigário-geral da Arquidiocese, além de produzir obras sobre a história do Piauí e constituir espaços como o CEP, o Movimento de Renovação Cultural e a Academia Piauiense de Letras.

4. Natural de Amarante (PI), foi professor e historiador, produzindo importantes obras sobre a história do Piauí, além de integrar o CEP, o Movimento de Renovação Cultural e a Academia Piauiense de Letras.

insere-se na tentativa de contribuir para o desenvolvimento econômico e cultural do Estado por meio da implantação de programas que buscavam:

[...] contribuir para a integração do Piauí na realidade contemporânea brasileira, pelo estudo de seus problemas vitais, de suas necessidades sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que trabalhando ao lado das demais entidades culturais do nosso Estado pela nossa reabilitação no seio da civilização brasileira: despertando entusiasmo e fé e coragem entre os estudiosos da nossa terra e da nossa gente, tão necessitadas, como nunca, de uma melhor e mais objetiva compreensão daqueles que, piauienses, têm o dever de jamais descuidarem do nosso futuro, do futuro do Piauí, cujo presente, bem o sabemos e bem o sentimos, não é de rosas, mas de suor e lágrimas (Silva Sobrinho, 1955, p. 5).

Tal como exposto no fragmento acima, o Centro de Estudos Piauienses se dispunha a compreender a situação econômica e histórica do Piauí, marcada por dificuldades e carências, e, a partir disso, produzir obras capazes de serem articuladas com as entidades culturais e políticas do Estado, na missão de reabilitar e integrar o Piauí ao panorama da civilização brasileira. É nesse propósito que se situam as produções de caráter historiográfico publicadas pelo CEP ao longo da década de 1950, bem como as palestras ministradas em diversos municípios do território piauiense. Em linhas gerais, o trabalho desenvolvido no Centro de Estudos Piauienses se operacionalizava como uma construção coletiva, sob a liderança de Raimundo Santana e com a participação ativa de intelectuais locais, entre a promoção de conferências, a produção de textos, a editoração, a divulgação e a circulação das obras publicadas. Os estudos elaborados eram, em grande parte, frutos das palestras proferidas por essa intelectualidade nos municípios do interior do Estado, posteriormente organizadas em pequenos volumes e comercializadas a preços acessíveis. Nessa conjuntura de efervescência intelectual, que se estendia de um extremo a outro do Piauí, destaca-se ainda o papel do CEP na promoção de um produtivo intercâmbio cultural entre a capital e as demais cidades alcançadas por suas ações.

Por ocasião do Centenário da Batalha do Jenipapo, a 13 de março de 1952, em Campo Maior, ocorreu a cerimônia de instalação oficial do Centro de Estudos Piauienses. Ao discorrer sobre o episódio, o *Jornal do Comércio* assinala que o CEP:

Criação do ilustre prefeito de Campo Maior, dr. Raimundo Santana, vem atraindo a atenção geral e congregando, num crescendo admirável, os estudiosos piauienses, desde sua fundação em 19 de outubro do ano passado. O Centro, como se vê, é uma sociedade cultural, e tem um programa de ação em que se enquadra o estudo da Geografia, História, Economia, Estatística e Pesquisas, Sociologia e Literatura. O seu objetivo principal, entretanto, está no estudo do Piauí, dos seus problemas de base e no desenvolvimento de sua cultura (Campo Maior, n. 993, 1953).

Nesse sentido, além de evidenciar a variedade dos estudos promovidos pelo CEP, os quais abrangem diferentes áreas do conhecimento, mobilizando intelectuais piauienses para a investigação da realidade local e no desenvolvimento cultural do Estado, o periódico sublinha que o Centro era, naquele momento, reconhecido como órgão de utilidade pública pelo Poder Legislativo de Campo Maior, onde era localizado, e pelo Poder Executivo Estadual, recebendo apoio das instituições culturais e do poder público estadual. Com apenas onze meses de fun-

cionamento, o Centro já dispunha de uma biblioteca com livros sobre temas diversos relacionados ao Piauí e promovia campanhas de arrecadação de verbas financeiras para o custeio das despesas com a instalação da sede do instituto e a montagem de uma gráfica própria destinada à publicação dos trabalhos produzidos.

Em 23 de novembro de 1953, logo após o primeiro aniversário do CEP, o jornal *O Piauí* torna pública a transcrição do discurso proferido pelo escritor e jornalista Vítor Gonçalves Neto, pronunciado poucos dias antes, na Rádio Difusora de Teresina. Na ocasião, o escritor prestigiava as atividades desenvolvidas por essa instituição ao decorrer do primeiro ano de sua existência. Ele diz:

Povo de minha terra!

Completa hoje seu primeiro aniversário de fundação do Centro de Estudos Piauienses. E nesse primeiro aniversário bem já podemos comprovar o quanto produziu e realizou em nosso território. Metade de nossos municípios já foi palco de conferências instrutivas, lidas pelos representantes de nossa melhor cultura. Grande parte do nosso estado já está sendo alvo de estudos e pesquisas. Inúmeros de nossos problemas já poderão ser resolvidos por esta entidade. Não podemos deixar de imprimir em nossa mente os dois nomes que criaram tão grande iniciativa – Raimundo Santana e Olímpio de Castro, respectivamente Prefeito e Secretário da Prefeitura do Município de Campo Maior. Nunca imaginaríamos que uma Cidade fosse algum dia a Capital dos nossos anseios e Sede de nossas aspirações. Jamais o Piauí assistia a tão belo movimento e a tão proveitosa jornada (Centro, n. 878, 1953g).

Com essas palavras, Vítor Gonçalves Neto destaca o êxito do cumprimento das iniciativas propostas pelo CEP, reforçando o ideal de intervenção prática da entidade na resolução dos problemas do Estado, por meio das pesquisas conduzidas em todo o território piauiense. Além disso, o jornalista destaca a relevância dos dois idealizadores do Centro, bem como o papel propulsor da cidade de Campo Maior como sede e ponto de referência dessa instituição. Na mesma matéria, o jornal *O Piauí* evidencia a importância das produções escritas viabilizadas pelo Centro de Estudos Piauienses no ano de 1953:

Acaba de ser lançado pelo Centro de Estudos Piauienses três importantes monografias sobre a nossa terra, de autoria dos mestres Prof. Álvaro Ferreira, Pe. Joaquim Chaves e Gal. Gaioso e Almendra. Concretiza-se assim um dos sonhos do Dr. Raimundo Santana, idealizador de tão grande movimento, cujos esforços agora se compensam (Centro, n. 878, 1953g).

Meses depois, em 1954, o periódico em foco anunciou a publicação dos trabalhos de Joaquim Antônio de Oliveira – *Barras, suas origens, primeiros desenvolvimentos e seu primeiro grande filho* –, de José Gayoso Freitas – *O município de José de Freitas na História do Piauí* – e de Artur Passos – *Jerumenha: História, lendas e costumes* (Novos, 1954). Assim, além das monografias citadas pela imprensa em 1953 – de Álvaro Ferreira, Joaquim Chaves e Jacob Manoel Gaioso e Almendra –, em 1954 outros pesquisadores – José Gayoso e Almendra Freitas, Artur Passos, Fernando Lopes e Silva Sobrinho e Joaquim Mendes de Oliveira – alcançaram a publicação de seus trabalhos por meio da atuação do CEP, concretizando os objetivos do seu idealizador.

Ainda em 1953, um autor anônimo expressa, no jornal *O Piauí*, a relevância da permanência das atividades do CEP diante da frequente extinção de movimentos culturais e intelectuais no Piauí. Dessa forma, enfatiza que a instituição era vista com bons olhos pela maior parte da sociedade piauiense, reconhecendo seu propósito de que: “Estudando os aspectos peculiares de cada região, equacionar os problemas pendentes à luz da razão científica, de acordo com a mentalidade criada pelos fatores que influenciam a formação de cada povo, para depois com resultado a que se chegue, aplicar o melhor corretivo consono à sua própria índole” (Centro, n. 852, 1953c).

Nesse contexto, partindo de um lugar – o Centro de Estudos Piauienses –, que impunha um propósito bem definido quanto àquilo que deveria ser pesquisado e publicado por seus colaboradores – a análise de questões relativas ao desenvolvimento econômico do Piauí –, mediante o uso de uma disciplina própria – fundamentada no esforço coletivo de investigação, ministração de conferências, escrita, edição e divulgação de obras historiográficas –, podemos, neste momento, assinalar os aspectos que sustentam a produção escriturística realizada por esses homens no interior do CEP, utilizando como referência central os estudos de Iara Moura (2015).

Álvaro Alves Ferreira é o autor da primeira conferência publicada pelo CEP, ainda em 1953, intitulada *Estudos: o determinismo geográfico impondo um regime econômico: porque o piauiense não é imaginoso* (Ferreira, 1953). Dividido em duas partes, o livro apresenta uma abordagem sobre os primeiros povoadores do Piauí – para o autor, os vaqueiros oriundos da Bahia – e destaca a participação dos piauienses no processo de defesa da independência política do Brasil, evidenciada no conflito armado às margens do Riacho Jenipapo, em Campo Maior. Nesse panorama, o autor identifica como protagonistas da formação histórica do Estado do Piauí o vaqueiro e o gado, elementos centrais da chamada “civilização do couro”. Ancorado em uma perspectiva determinista própria do século XIX, Ferreira expressa uma visão pessimista acerca do vaqueiro piauiense, retratando-o como figura atada ao atraso e distante dos projetos de modernidade. Ademais, ao povo piauiense, atribui signos de humildade, passividade, resignação, solidão, tristeza, honestidade, religiosidade, superstição e coragem.

A publicação de Álvaro Ferreira, então professor de Geografia em escolas do Estado, resulta de uma conferência pronunciada em 26 de abril de 1952, na cidade de Piripiri (PI). Na ocasião, partiu de Teresina, no dia 25 deste mês, uma comitiva composta por intelectuais piauienses – Clidenor Freitas, Carlos Eugênio Porto, Dídimo Castelo Branco, Jacó Gaioso, Tobias Pinheiro, Cunha e Silva, além de Raimundo Santana, Olímpio Castro e Vicente Ribeiro Gonçalves e outros –, com destino a Piripiri, a fim de assistir à palestra ministrada por Álvaro Ferreira. A palestra foi realizada no Cine-Teatro do município, sobre o tema “*A terra e o homem*”, e assistida por mais de duzentas pessoas. Como parte do programa do Centro, os visitantes, acompanhados pelo prefeito da cidade, conheceram os espaços mais importantes de Piripiri, como o Mercado Público, o açude Caldeirão e o educandário das Irmãs Vicentinas (Centro, n. 1001, 1953a).

O então deputado José Pires Gayoso de Almendra Freitas proferiu, em maio de 1953, na cidade de José de Freitas (Centro, n. 850, 1953b), uma conferência publicada como livro no ano seguinte, intitulada *O município de José de Freitas na história do Piauí* (Freitas, 1954). Nela, ressalta o percurso histórico desse município que, desde os primórdios de sua fundação, encontra-se intrinsecamente ligado aos elementos formadores da sociedade piauiense, como

o comércio associado à criação de gado, a estruturação das fazendas e a organização familiar, evidenciando também aspectos da economia piauiense, como a pecuária e a indústria extrativa.

A solenidade da conferência contou com a presença de importantes figuras da capital piauiense, como Jacob Gayoso e Almendra, Artur Passos, Clidenor Freitas, Álvaro Ferreira, Camilo Filho, Cunha e Silva, além dos dirigentes do CEP – Raimundo Santana e Olímpio Castro –, vindos de Campo Maior, e de autoridades do município de José de Freitas, lotando o salão do Cine-Teatro da cidade. Importa destacar que José Pires Gayoso de Almendra Freitas, em sua fala, dedicou atenção especial para a influência do seu ancestral – José de Almendra Freitas – como patriarca da cidade, cuja “contribuição humana e sadia serviu para alicerçar toda segurança social que desfruta o povo de José de Freitas”, segundo o *Jornal do Comércio* (O Centro, n. 1004, 1953). Na ocasião, ao tomar a palavra, Raimundo Santana aproveitou para sinalizar o anseio do Centro de Estudos Piauienses em estabelecer uma gráfica editora própria em Teresina, com livrarias que distribuíssem livros pelas principais cidades do interior; bem como evidenciou o esforço de organização de um arquivo geográfico, histórico, econômico e social do Piauí.

Em 1953, Jacob Manoel Gayoso e Almendra publicou *O feudo da Casa da Torre do Piauí* (1953), obra em que se debruça sobre aspectos constitutivos do Estado, como o devassamento de seu território, a ocupação empreendida por Domingos Jorge Velho, as atividades da Casa da Torre, os conflitos entre posseiros e sesmeiros, a luta pela autonomia política do Piauí em relação ao Maranhão e a influência da família Gayoso e Almendra no cenário político e econômico regional.

Além disso, em 1953 também foi reeditada a monografia *O índio no solo piauiense*, segunda obra escrita e publicada pelo sacerdote-historiador Monsenhor Joaquim Chaves (1953). Nela, o autor constrói uma narrativa sobre a luta indígena no Piauí sob a perspectiva dos vencidos, recusando o olhar dos conquistadores brancos. Inicialmente, o autor propõe-se a analisar a realidade piauiense no século XVII, mapeando a presença indígena no território local no momento da chamada “conquista”. Em seguida, relata episódios de conflitos violentos entre os colonizadores e os povos originários no Piauí, evidenciando a bravura e a coragem dos indígenas frente à violência imposta pela ocupação colonial.

No município de Jerumenha, em 23 de julho de 1953, o jornalista Artur Passos (1954) proferiu uma conferência que seria publicada em 1954 sob o título *História, economia e lendas: município de Jerumenha*. Na obra, o jornalista reconhece a carência de estudos que narrassem a história da sua cidade natal e dedica-se à análise dos primórdios da fundação da mesma, de sua vinculação com Oeiras – então capital piauiense –, dos caminhos da educação, da economia centrada na comercialização de fumo e gado, da inserção da vaquejada na vida sociocultural e de sua participação em episódios históricos como a independência do Brasil e a Balaiada. Atento aos desafios enfrentados por Jerumenha, Passos propõe medidas voltadas à recuperação econômica do município e da região Nordeste.

A cidade de Floriano também foi palco de uma conferência proferida pelo juiz Dr. Fernando Lopes e Silva Sobrinho (1955), posteriormente transformada em livro, que recebeu o título *Pe. Marcos de Araújo Costa: um missionário do bem*, publicado em 1955. A obra narra a trajetória do educador piauiense Pe. Marcos de Araújo, figura profundamente dedicada ao magistério e à vida sacerdotal, reconhecido por seu pioneirismo na fundação de escolas no

território piauiense, tendo seu nome eternizado na biblioteca fundada pelo Centro de Estudos Piauienses, localizada em Campo Maior.

Diante da produção escriturística promovida por meio do Centro de Estudos Piauienses, observa-se a preocupação comum dos autores em compreender as bases do processo de formação da sociedade piauiense, com vistas, sobretudo, às particularidades econômicas constitutivas da conjuntura vivenciada pelo Estado e por municípios como José de Freitas, Jerumenha e Floriano, além de assinalarem a atuação de sujeitos considerados relevantes para a história do Piauí, como os vaqueiros e os indígenas. Apesar das distintas abordagens e de variados objetos de análise, Álvaro Alves Ferreira, Jacob Manoel Gayoso e Almendra, José Gayoso e Almendra Freitas, Artur Passos, Joaquim Chaves, Fernando Lopes e Silva Sobrinho e Joaquim Mendes de Oliveira revelam o desejo similar de entender as nuances e tensões da realidade local a partir das raízes do passado, inscrevendo, no presente, uma memória histórica. Com a colaboração de homens letrados, o CEP assumiu papel relevante no processo de investigação dos entraves sociais, econômicos e culturais do Estado, a fim de favorecer o desenvolvimento piauiense e superar o quadro de atraso que envolvia a região, segundo exposto por José Gayoso de Almendra Freitas em 1954:

Somos o mais atrasado dos Estados da Federação, é preciso que se proclame esta verdade entre nós, porém uma verdade ainda maior é aquela que nos esclarece e adverte que somente pelo nosso esforço continuado e constante, somente por nós mesmos, poderemos nos erguer deste atraso imperdoável. Ninguém nos socorrerá, percamos a esperança, e, no entanto, nossa salvação depende de nós mesmos. Somos mais de um milhão de habitantes, possuímos inúmeras possibilidades econômicas, e entre nós existem homens de talento e capacidade invulgares. [...] Se o CEP conduz essa bandeira a cada município de nossa terra, apoiado pela boa vontade dos homens esclarecidos, imprescindível se torna que esta semente assim plantada germine, cresça e frutifique para surtir o efeito de nossas esperanças. Educar, instruir, orientar não depende apenas do Governo. Este cuida de seu programa, mas o particular, o cidadão esclarecido, por si mesmo, também necessita ter o seu plano de ação compatível com a sua capacidade. Tudo o que se fizer nesse sentido, por menor que seja, tem merecimento social, utilidade coletiva (Freitas, 1954, p. 5).

Nas palavras de Almendra Freitas, é possível perceber que a consciência da condição vivenciada pelo Piauí é acionada como pressuposto para a construção de um futuro possível, cuja responsabilidade recai, especialmente, sobre os homens letrados residentes no Estado. Estes, reunidos no Centro de Estudos Piauienses, deveriam mobilizar o conhecimento e as letras como sementes capazes de promover a transformação e o desenvolvimento social e econômico do Piauí. Embora com um curto período de existência, não tendo sobrevivido à década de 1960, o Centro de Estudos Piauienses atuou em larga escala no processo de construção e divulgação da historiografia piauiense, engajando intelectuais na ministração de conferências, na escrita e publicação de livros e no esforço de conhecer e divulgar a história e a memória do Piauí.

Em 19 de outubro de 1953, um ano após a fundação do instituto, ocorreu, na sede provisória do CEP, em Campo Maior, a cerimônia de eleição dos novos membros da Diretoria do Centro de Estudos Piauienses para o biênio 1953-1955, conforme determinavam os estatutos dessa sociedade cultural. Na sessão, foram eleitos os seguintes nomes e suas respectivas fun-

ções: Raimundo Santana – presidente –, Joaquim Raimundo Ferreira Chaves – 1º vice-presidente –, Álvaro Alves Ferreira – 2º vice-presidente –, Olímpio de Castro – secretário-geral –, Hindemburgo Dobal – 1º secretário –, José Lourenço de Araújo Moura – 2º secretário –, Joaquim Antônio de Oliveira – 1º tesoureiro –, Wilson de Andrade Brandão – 2º tesoureiro – e José Lopes dos Santos – bibliotecário (Centro, n. 1028, 1953f). A nova composição da Diretoria do CEP indica o engajamento do quadro intelectual piauiense na organização e colaboração das atividades da instituição, que, com apenas um ano de funcionamento, além de alcançar o apoio dos intelectuais da capital e do interior do Estado, também promoveu diversas conferências por todo o território piauiense, algumas das quais já haviam sido encaminhadas para publicação (Centro, n. 1019, 1953e).

Por onde passavam, os caravaneiros do CEP eram bem recepcionados, as palestras eram ministradas em auditórios lotados e os conferencistas eram aplaudidos, elogiados e homenageados pelo público ouvinte, além de serem convidados a conhecer as realizações e as instituições da cidade visitada. Ademais, em municípios como Piracuruca, além das honras simbólicas, foram ofertadas verbas destinadas ao prosseguimento das atividades do CEP. Sobre as solenidades realizadas em Piracuruca, a imprensa local divulgou, em julho de 1953:

Após a conferência do Dr. João Borges de Alcobaça, os caravaneiros foram alvo de magnífica homenagem na sede do Grêmio Recreativo Piracuruquense, onde lhes foi oferecido um grande baile de gala pela Prefeitura com o apoio unânime da sociedade. [...] No dia imediato, no mesmo local da conferência anterior, leu substancial trabalho, subordinado ao tema “Piracuruca e seus limites”, o brilhante intelectual Dr. Pedro de Brito Conde [...]. Foi orador, em nome do Executivo Municipal, o intelectual Prof. Bittencourt Pereira, Secretário da Prefeitura, que encarnando o pensamento geral dos munícipes disse da satisfação com que aquela cidade recebia no seu seio, pela primeira vez, uma caravana de homens de letras. [...] Em reunião extraordinária a Câmara Municipal recepcionou a caravana. Saudou os centristas o vereador João Borges de Alcobaça, que apresentou projeto de lei reconhecendo de Utilidade Pública o Centro de Estudos Piauienses, cuja lei aprovada em regime de urgência foi sancionada pelo Prefeito Raimundo Ribeiro. Ainda nessa ocasião solenemente, a Prefeitura de Piracuruca, ofertou ao Centro valioso auxílio para o prosseguimento de suas atividades. [...] O sr. Prefeito Municipal proporcionou ainda aos visitantes a oportunidade de conhecer algumas das suas realizações e empreendimentos outros de origens diversas [...] (O Centro, 1953a).

A passagem pelo município de Piracuruca, conforme acima assinalado, aponta uma prática recorrente entre os viajantes do CEP e as autoridades políticas e intelectuais locais que os recebiam pelo interior do Piauí: após a conferência ministrada, os visitantes eram recepcionados com jantares, homenageados de diferentes formas e levados a conhecer a cidade antes do regresso a Teresina.

Além das monografias publicadas em formato de livro entre os anos 1953 e 1955, aqui citadas, o Centro de Estudos Piauienses estendeu suas atividades a outras regiões do Piauí, realizando conferências sobre variadas temáticas, sobretudo em 1953, a saber: em Amarante, em julho de 1953, pelo juiz de Direito de Barras, Dr. Heli Sobral (Centro, 1953c); em Piracuruca, no mesmo mês, pelo professor João Borges Alcobaça e pelo Dr. Pedro de Brito Conde (O Centro, 1953a); em Altos, no mês de agosto de 1953, Hindemburgo Dobal discutiu o tema

“*Literatura Piauiense*” (Centro, n. 1019, 1953e); em União, Raimundo Santana pronunciou uma conferência sobre “*A eucaristia – preservação da mocidade*”, a convite do vigário e do prefeito do município (Conferência, 1953).

Considerações finais

Este artigo estabeleceu um diálogo entre os pressupostos formulados pelo historiador francês Michel de Certeau acerca da história como resultado de uma operação, uma *fabricação*, uma *prática*, um *trabalho* e um *fazer*, e a produção historiográfica no Piauí durante a década de 1950, dedicando atenção especial ao Centro de Estudos Piauienses – instituição formada por intelectuais com o propósito de pesquisar, escrever e divulgar a história local. Para tanto, foi realizado um breve esboço da conjuntura piauiense durante os anos em análise, observando a precariedade da condição econômica do Estado e a consequente preocupação dos homens letrados da região em compreender, historicamente, as possíveis raízes explicativas dessa realidade. O Centro de Estudos Piauienses surge, nesse contexto, como espaço de investigação do passado piauiense, de produção discursiva de uma memória do Estado e de problematização e reflexão acerca das tensões sociais e econômicas que contribuíram para a situação de carência econômica da região. Afinal, esse era o projeto que norteava a ação do CEP: conhecer o passado para compreender o presente e formular modos de intervenção no futuro piauiense.

Conforme exposto, Michel de Certeau (1982), em sua obra *A escrita da História*, sintetiza os três aspectos básicos que compõem a dimensão operacional da história: um *lugar*, uma *prática* e uma *escrita*. Nesse sentido, observa-se que, no Piauí, durante a década de 1950, o conhecimento historiográfico se configura a partir de um *lugar* institucional – o Centro de Estudos Piauienses – responsável por delimitar os propósitos e inquietações que incidiam sobre a história a ser produzida, enquanto a legitimava como tal. Além disso, esse conhecimento se ancora em uma *prática* disciplinar de construção da história – alicerçada no esforço coletivo de investigação, na realização de conferências, na produção escrita, na edição e na difusão de obras historiográficas no interior e na capital do Piauí; bem como em uma *escrita*, assinalada nos livros publicados pelo CEP nesse período, os quais traziam em seu escopo questões relacionadas à origem histórica, econômica e social do território e do Estado piauiense.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALMENDRA, Jacob Manoel Gayoso e. *O feudo da Casa da Torre do Piauí*. Teresina: CEP, 1953.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAVES, Joaquim (Pe.). *O Índio no solo piauiense*. 2. ed. Teresina: CEP, 1953.

FERREIRA, Álvaro Alves. *Estudos: o determinismo geográfico impondo um regime econômico: porque o piauiense não é imaginoso*. Teresina: CEP, 1953.

FREITAS, José Gayoso de Almendra. *O município de José de Freitas na História do Piauí*. Teresina: CEP, 1954.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *Historiografia piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.

ORELLANA, Rodrigo Castro. Michel de Certeau: história e ficção. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, [S. l.], v. 19, n. 31, p. 5–27, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7490>. Acesso em: 16 jan. 2026

PASSOS, Artur. *História, economia e lendas: município de Jerumenha*. Teresina: CEP, 1954.

QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 1. ed. Teresina: APeCH, 1993.

QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. 1. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras; Universidade Federal do Piauí, 1994.

QUEIROZ, Teresinha. Raimundo Santana: homem público, economista e historiador. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. 2. ed. Coleção Centenário, n. 78. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2017.

SANTANA, R. N. Monteiro de. A propósito de uma apresentação. In: CHAVES, Joaquim (Mons.). *Apontamentos biográficos e outros*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. 2. ed. (Coleção Centenário, n. 78). Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2017.

SILVA SOBRINHO, Fernando Lopes e. *Pe. Marcos de Araújo Costa: um missionário do bem*. Teresina: CEP, 1955.

Fontes impressas e periódicos

CAMPO MAIOR viveu um dos seus grandes dias, a 13 do corrente. *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 993, 17 mar. 1953.

CENTRO DE ESTUDOS PIAUIENSES. Conferência pronunciada pelo Prof. Álvaro Ferreira, em Periperi, no dia 26 deste mês. *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 1001, 1 maio 1953a.

CENTRO DE ESTUDOS PIAUIENSES. *O Piauí*, Teresina, n. 850, 17 maio 1953b.

CENTRO DE ESTUDOS PIAUIENSES. *O Piauí*, Teresina, n. 852, 31 maio 1953c.

CENTRO DE ESTUDOS PIAUIENSES. *Jornal do Comércio*, Teresina, 12 jul. 1953d.

CENTRO DE ESTUDOS PIAUIENSES. *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 1019, 30 ago. 1953e.

CENTRO DE ESTUDOS PIAUIENSES. *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 1028, 8 nov. 1953f.

CENTRO DE ESTUDOS PIAUIENSES. *O Piauí*, Teresina, n. 878, p. 3, 23 nov. 1953g.

CONFERÊNCIA EM União. *Jornal do Comércio*, Teresina, 30 ago. 1953.

ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Pedro de Almendra Freitas em 1951. Teresina, 1951.

FAZENDO justiça: 2º aniversário do governo do Sr. Pedro Freitas. *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 989, 31 jan. 1953.

NOVOS lançamentos do Centro de Estudos Piauienses. *O Piauí*, Teresina, n. 898, 15 maio 1954.

O CENTRO DE ESTUDOS PIAUIENSES EM José de Freitas. *Jornal do Comércio*, Teresina, n. 1004, 24 maio 1953.

O CENTRO DE ESTUDOS EM visita a Piracuruca. *Jornal do Comércio*, Teresina, 31 jul. 1953a.